



Fundação Guimarães Duque (FGD)

***Demonstrações Financeiras em 31 de dezembro de 2025 e
Relatório dos Auditores Independentes***



Sumário

Relatório dos Auditores Independentes

Balanco Patrimonial

Demonstração do Superávit / (Déficit)

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido

Demonstração dos Fluxos de Caixa

Notas Explicativas da administrativa às Demonstrações Financeiras



Relatório dos Auditores Independentes sobre as Demonstrações Financeiras

**Aos Senhores
Conselheiros, Diretores e Gestores do
Fundação Guimarães Duque (FGD)**

Opinião

*Examinamos as demonstrações financeiras da **Fundação Guimarães Duque** (“entidade” ou “FGD”), que compreendem o balanço patrimonial, em 31 de dezembro de 2025, e as respectivas demonstrações de superávit/(déficit), das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.*

*Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da **Fundação Guimarães Duque** em 31 de dezembro de 2025, o desempenho das suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às pequenas e médias empresas - NBC TG 1000 (R1), e com a Resolução nº 1.409/2012 do Conselho Federal de Contabilidade - ITG 2002 (R1) - Entidades sem Finalidade de Lucros.*

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras”. Somos independentes em relação à entidade, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório do auditor

A administração da Entidade é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração, cuja expectativa de recebimento é posterior à data deste relatório.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da Administração e não expressaremos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade, é a de ler o Relatório da Administração, quando eles nos for disponibilizado, e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com o nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante.

Responsabilidade da administração e da governança pelas demonstrações financeiras

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às pequenas e médias empresas - NBC TG 1000 (R1), e com a Resolução nº 1.409/2012 do Conselho Federal de Contabilidade - ITG 2002 (R1) - Entidades sem Finalidade de Lucros, assim como pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a entidade continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a entidade ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.



Os responsáveis pela governança da Entidade são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estejam livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas, não, uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada, de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.*
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados nas circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Entidade.*
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.*
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe uma incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Entidade. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório.*

Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a entidade a não mais se manter em continuidade operacional.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Natal/RN, 30 de junho de 2026.

Emerson Auditores e Consultores S/S
Auditores Independentes
CRC/RN 547/O-8

Documento assinado digitalmente
 EGON JOSE MATEUS CELESTINO
Data: 03/07/2026 16:59:41-0300
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

Égon José Mateus Celestino
Contador
CRC/RN 11.491/O-1

Fundação Guimarães Duque
Balanço Patrimonial
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024 (em milhares de reais)

Ativo	31/12/2025	31/12/2024	Passivo e patrimônio líquido	31/12/2025	31/12/2024
Circulante	27.849	20.782	Circulante	27.449	20.582
Caixa e equivalentes de caixa (Nota 3)	27.490	20.414	Contas a pagar	2	8
Contas a Receber (Nota 4)	359	368	Obrigações sociais e trabalhistas (Nota 6)	68	63
			Adiantamento de Projetos (Nota 7)	593	250
			Recursos com restrição - Convênios (Nota 8)	26.717	20.108
			Recursos de Projetos Encerrados (Nota 9)	69	153
Não circulante	42	25	Não circulante	-	-
Imobilizado Líquido (Nota 5)	42	25			
Bens sem restrição	183	153			
(-) Depreciação Acumulada	(140)	(128)			
			Total do passivo	27.449	20.582
			Patrimônio Social (Nota 10)		
			Capital social	21	26
			Superávit Acumulado	421	199
			Total do patrimônio líquido	442	225
Total do ativo	27.891	20.807	Total do passivo e do patrimônio líquido	27.891	20.807

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

Fundação Guimarães Duque
Demonstração de Superávit / (Déficit)
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024 (em milhares de reais)

Descrição	31/12/2025	31/12/2024
Receita Operacional Líquida (Nota 11)	1.007	995
Receita com Gestão de Projetos	1.007	995
Custo dos serviços prestados (Nota 12)	(361)	(255)
Resultado Operacional Bruto	646	740
Despesas operacionais	(516)	(411)
Salários e Ordenados (Nota 13)	(322)	(298)
Despesas Administrativas (Nota 14)	(194)	(113)
Impostos e Taxas	-	-
Outras receitas/(despesas) operacionais	-	-
Resultado Operacional Líquido	130	329
Resultado Financeiro Líquido	91	15
Receitas financeiras	91	15
Despesas financeiras	-	-
Resultado Não Operacional	-	-
Resultado com Projetos Vinculados	-	-
Receita com Projetos Vinculados - Com Restrição (Nota 11.1a)	11.843	11.802
(-) Custo com Projetos Vinculados - Com Restrição (Nota 12)	(11.843)	(11.802)
Superávit do exercício	222	344

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

Fundação Guimarães Duque**Demonstração das mutações do patrimônio líquido****Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024 (em milhares de reais)**

Descrição	Patrimônio Social	Superávit do Período	Total do Patrimônio Social
Em 1º de janeiro de 2024	(136)	-	(136)
Ajustes de Exercícios Anteriores		17	17
Superávit do Período		344	344
Incorporação do Superávit	(361)	361	-
Em 31 de dezembro de 2024	225	-	225
Mutações Exercício 2024	361	-	361
Em 1º de janeiro de 2025	225	-	225
Ajustes de Exercícios Anteriores		(5)	(5)
Superávit do Período		222	222
Incorporação do Superávit	217	217	-
Em 31 de dezembro de 2025	442	-	442
Mutações Exercício 2025	217	-	217

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

Fundação Guimarães Duque
Demonstração dos fluxos de caixa
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024 (em milhares de reais)

Descrição	31/12/2025	31/12/2024
Fluxos de caixa das atividades operacionais		
Superávit do Período	222	344
Ajustes do Lucro Líquido		
Depreciação e amortização	11	7
Ajustes de Exercícios Anteriores	(5)	17
Redução (Aumento) de Ativos		
Contas a Receber	9	(250)
Aumento (Redução) de Passivos		
Contas a pagar	(6)	(12)
Obrigações sociais e trabalhistas	5	(31)
Adiantamento de Projetos	343	37
Recursos com restrição	6.611	2.702
Recursos de Projetos Encerrados	(84)	153
Caixa gerado pelas operações	7.106	2.968
Imposto de renda e contribuição social pagos	-	-
Caixa líquido gerado pelas atividades operacionais	7.106	2.968
Fluxos de caixa das atividades de investimento		
(Aquisições) Baixa de imobilizado	(30)	(11)
Caixa líquido aplicado nas atividades de investimento	(30)	(11)
Fluxos de caixa das atividades de financiamento	-	-
Caixa líquido aplicado nas atividades de financiamento	-	-
Aumento (redução) líquido de caixa e equivalentes de caixa	7.076	2.967
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	20.414	17.457
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício (Nota 3)	27.490	20.414
Variação de Caixa e Equivalentes de Caixa	7.076	2.957
As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras		

1. Informações gerais

Instituída em 12 de novembro de 1976, a Fundação Guimarães Duque - FGD consiste em uma entidade com personalidade jurídica de natureza privada, sem fins lucrativos, cuja missão primordial é apoiar a produção, pesquisa, ensino, extensão e desenvolvimento tecnológico na Universidade Federal Rural do Semiárido.

Localizada no município de Mossoró, no Estado do Rio Grande do Norte, a fundação goza de autonomia financeira, administrativa e política. Conforme a Lei Nº 1.538/2001 a FGD foi reconhecida como de órgão de Utilidade Pública Municipal, e, perante Lei Nº 7.982/2001, como entidade de Utilidade Pública Estadual.

1.1.Principais Atividades

- Promover estudos, pesquisas, ensino e extensão;
- Prestar serviços de produção, ensino, pesquisa e extensão nas áreas técnicas, científicas e administrativas, junto a Instituições e órgãos públicos ou privados, Nacionais ou internacionais;
- Promover o treinamento e capacitação de pessoal especializado, permitindo no âmbito acadêmico, o atendimento dos objetivos a que se propõe;
- Promover cursos, seminários, conferências, simpósios, congressos, semanas, para melhor capacitação técnica e/ou científica da comunidade;
- Promover e estimular a prestação de serviços à comunidade;
- Exercer e apoiar atividades de desenvolvimento tecnológico, científico e cultural;
- Estimular e promover projetos de pesquisa e desenvolvimento, bem como incrementar ações junto a órgãos financiadores e de fomento;
- Apoiar as atividades voltadas para o desenvolvimento agrícola, industrial e de serviços, colaborando no desenvolvimento de produtos e processos para a melhoria da qualidade e produtividade visando à maior competitividade das empresas;
- Criar e desenvolver centros de produção e/ou de desenvolvimento de tecnologia, em parceria com instituições públicas ou privadas;
- Viabilizar recursos de qualquer natureza para promoção e apoio à pesquisa, ensino, extensão e desenvolvimento de tecnologia na Universidade Federal Rural do Semiárido
- Colaborar com entidades que realizem trabalhos na sua linha de atuação;
- Conceder bolsas de estudos e pesquisas em nível de graduação, pós-graduação e extensão;
- Fazer a divulgação e promoção, mediante o apoio a projetos individuais ou coletivos.

2. Resumo das principais políticas contábeis

2.1. Base de preparação e apresentação

As demonstrações financeiras da Fundação Guimarães Duque foram elaboradas e estão sendo apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, as quais compreendem a legislação societária brasileira, as Normas Brasileiras de Contabilidade, emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, os pronunciamentos, as interpretações e as orientações emitidos pelo CPC e homologados pelos órgãos reguladores, e práticas adotadas pelas entidades em assuntos não regulados, incluindo as disposições da Resolução do Conselho Federal de Contabilidade nº 1.409/12, que aprovou a Interpretação Técnica ITG 2002 (R1) - Entidades sem Finalidade de Lucros, combinada com a NBC TG 1000 - Contabilidade para Pequenas e Médias Empresas e, por conseguinte, em consonância com as normas contábeis internacionais.

A Demonstração do Fluxo de Caixa foi atendida, mediante sua montagem pelo método indireto de acordo com a NBC TG 03 (R3).

Fundação Guimarães Duque
Notas explicativas às demonstrações financeiras
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024 (em milhares de reais)

A preparação de demonstrações financeiras requer o uso de certas estimativas contábeis críticas e o exercício de julgamento por parte da administração da Entidade no processo de aplicação das políticas contábeis. As demonstrações financeiras da Entidade incluem, portanto, estimativas referentes à seleção das vidas úteis de bens do imobilizado, determinação de provisões para tributos e outras similares. Os resultados reais podem apresentar variações em relação às estimativas.

Em função de não haver outros resultados abrangentes nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024, a entidade não está apresentando a demonstração do resultado abrangente nestas demonstrações financeiras.

As principais políticas contábeis aplicadas na preparação dessas demonstrações financeiras estão definidas abaixo. Essas políticas foram aplicadas de modo consistente nos períodos apresentados, salvo disposição em contrário.

Em concordância com a legislação aplicada acima, os demonstrativos contábeis, incluindo as notas explicativas estão apresentados de forma comparativa ao exercício anterior, adotando-se como expressão monetária em milhares de reais. Sua elaboração foi autorizada pela diretoria executiva em 25 de março de 2025.

2.2. Caixa e equivalentes de caixa

Contemplam numerários em caixa, saldos em bancos e aplicações financeiras de liquidez imediata, com vencimento original de até 90 dias. Estão demonstrados ao custo acrescido das remunerações contratadas e reconhecidas proporcionalmente até a data das demonstrações financeiras.

2.3. Ativo e o passivo circulante

Os ativos estão demonstrados pelos valores de realização e os passivos pelos valores conhecidos ou calculáveis, todos representados por direitos e obrigações a curto prazo.

2.4. Contas a Receber

Representam os valores a receber de Entidades Particulares e Entes Governamentais decorrentes dos Termos de Compromisso e/ou Convênios firmados com a Instituição, cujos recursos podem ser contabilizados de acordo com a NBC TG 07 (R2).

2.5. Imobilizado

Está representado por equipamentos de informática, móveis, utensílios e equipamentos os quais estão em uso da entidade. O imobilizado é mensurado pelo seu custo histórico, menos depreciação acumulada. O custo histórico inclui os gastos diretamente atribuíveis à aquisição dos itens que compõem o ativo imobilizado.

Os custos subsequentes são incluídos no valor contábil do ativo ou reconhecidos como um ativo separado, conforme apropriado, somente quando for provável que fluam benefícios econômicos futuros associados a esses custos e que possam ser mensurados com segurança.

A depreciação destes ativos é calculada usando o método linear considerando os seus custos e seus valores residuais durante a vida útil estimada.

Os ganhos e as perdas em alienações, quando ocorridos, são determinados pela comparação do valor

Fundação Guimarães Duque
Notas explicativas às demonstrações financeiras
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024 (em milhares de reais)

de venda com o valor contábil e são reconhecidos em "Outros ganhos/perdas líquidos" na demonstração do superávit (déficit).

2.6. Recursos com restrição

Referem-se à obrigação assumida pela Entidade decorrente dos recursos recebidos de contratos de convênios, para realização no exercício subsequente, conforme objetos específicos pactuados, reconhecidos com base na ITG 2002 (R1), e a contrapartida desta obrigação encontra-se registrada em Recursos com Restrição, nas disponibilidades da Instituição e/ou em "Contas a receber".

2.7. Receitas e despesas

As receitas e despesas da Fundação são reconhecidas pelo regime de competência. Nessa política de reconhecimento, compatível com o método da percentagem completada (NBC TG 47), tem-se como referência o estágio de execução (stage of completion). Por esse método, a receita contratual é confrontada com os custos contratuais incorridos à medida que cada estágio de execução dos projetos é alcançado. Esse método proporciona informação útil sobre a extensão da atividade e do desempenho contratuais, ao longo do período.

2.8. Apuração do superávit/(déficit)

O resultado é apurado pelo regime de competência, incluindo as receitas de prestação de serviços, e os respectivos custos e despesas incorridos para execução dos objetivos sociais da entidade, assim como os rendimentos financeiros, variações monetárias, incidentes sobre ativos e passivos circulantes não circulantes.

3. Caixa e equivalentes de caixa

Os recursos existentes em Caixa e Equivalentes de Caixa estão classificados de acordo com a ITG 2002 (R1) em "Recursos sem Restrições", que são recursos próprios da Instituição, oriundos das receitas operacionais de prestação de serviços ou de doações, e em "Recursos com Restrições", que se referem a valores recebidos através de Convênios a serem aplicados nos objetos específicos conveniados entre as partes, apresentando os seguintes saldos no encerramento dos exercícios:

Caixa e Equivalente de Caixas	Saldos em R\$ mil	
	31/12/2025	31/12/2024
Caixa - Recursos sem Restrição	-	-
Banco Conta Movimento - Recursos sem Restrição	49	11
Aplicações Financeiras - Recursos sem Restrição	723	295
Total - Recursos sem restrição	772	306
Banco Conta Movimento - Recursos com Restrição	204	1.585
Aplicações Financeiras - Recursos com Restrição	26.308	18.264
Aplicações Poupança - Recursos com Restrição	205	258
Total - Recursos com restrição	26.718	20.108
Total	27.490	20.414

4. Contas a receber

Valores a receber decorrentes de gestão de projetos, pagamento de despesas por projetos (outros créditos), além de outros serviços prestados a particulares, como prefeituras e demais contratantes. Neste grupo, constam ainda valores referentes a projetos que já foram encerrados, mas os recursos permanecem nas contas administradas pela Fundação.

Créditos a receber	Saldos em R\$ mil	
	31/12/2025	31/12/2024
Outros créditos	6	21
Gestão de Projetos	282	185
Adiantamento a Pessoal	2	9
Recursos de Projetos	69	153
Total	359	368

5. Imobilizado

Esse grupo compreende os bens a disposição da instituição, sendo subdividido em Bens sem restrição, de uso e propriedade da Fundação Guimarães Duque e Bens com restrição, que corresponde aos bens adquiridos para tender aos projetos e convênios gerenciados pela Fundação.

Descrição	Saldos em R\$ mil			
	31/12/2024	Adição	Baixa	31/12/2025
Imobilizado	153			183
Bens Sem Restrição [a]	153			183
Móveis E Utensílios Para Escritório	16	10		26
Computadores E Periféricos	86	15		101
Máquinas E Equipamentos De Serviços	40	4		44
Eletroeletrônicos	11			11
(-) Depreciação [b]	(128)	(12)		(140)
(-) Depreciações Acumuladas	(128)	(12)		(140)
Imobilizado Líquido	25	17		42

[a] Bens sem restrição - Reflete o custo histórico dos bens adquiridos por meio de recursos próprios da fundação.

[b] Depreciação Acumulada - Utilizando método linear, depreciação do exercício 2025 somou o total de R\$ 12 mil, correspondente à aplicação de percentuais conforme quadro a seguir:

GRUPO	TAXA (% a.a.)
Móveis e Utensílios para Escritório	10%
Computadores e Periféricos	20%
Máquinas e Equipamentos de Serviços	10%
Eletroeletrônicos	20%
Veículos	20%

6. Obrigações Sociais e Trabalhistas

Refere-se a importâncias decorrentes da tributação incidente sobre folha de pagamento, cujos na competência 2025 e pagos em janeiro de 2026, estando assim distribuídos.

Obrigações Sociais e Trabalhistas	Saldos em R\$ mil	
	31/12/2025	31/12/2024
Obrigações Sociais	14	14
Obrigações Trabalhistas	0	3
Provisão Férias e Encargos	54	46
Total	68	63

7. Adiantamento de Projetos

Em 31/12/2025 a Fundação possui a título de Adiantamentos recebidos o montante de R\$ 593 mil, oriundo de receita antecipada pertinente a taxa de administração, já transferidos da conta dos projetos para FGD no decorrer do exercício de 2025, no qual será apropriada como receita de forma proporcional a execução do projeto no decorrer dos exercícios seguintes, estando composto da seguinte forma:

Adiantamento de Projetos	Saldos em R\$ mil	
	31/12/2025	31/12/2024
Proj. Pilotos do Semiárido	181	77
Proj. NESA II	137	2
Proj. Lavanderias Coletivas	48	0
Proj. Cultivos	42	0
Proj. NEAD UAB & UFERSA II	25	23
Proj. CT Petro Hidro	19	42
Proj. Soluções Tecnológicas	12	0
Proj. HOVET	12	14
Proj. Arlab	10	0
Proj. Imprinting Sensorial	9	6
Proj. Revista Acta	9	1
Pescado Sustentável	8	0
Revista Caatinga	6	5
Proj. Ouro Branco	5	0
Proj. Módulos Aquícolas	4	7
Proj. Estímulo a Pesquisa	2	0
Proj. Pegazuls	2	2
Proj. Caraubaja	2	2
Proj. PROMAR	2	0
Proj. Esp. em Contabilidade	1	1
Outros Projetos	57	68
Total	593	250

8. Recursos com restrição

Nesta conta estão disponíveis os recursos financeiros dos convênios celebrados no período, onde o recurso destes ficam à disposição da fundação, mas com aplicação específica prevista no objeto do convênio contratado.

Projeto	Conta	Saldos em R\$ mil	
		Saldo em 31/12/2025	Saldo em 31/12/2024
Proj. Dom Helder Câmara	CEF: 5775646661	4.663	4.663
Proj. Pilotos do Semiárido	CEF: 003.552-3	4.081	4.081
Proj. Nesa II	CEF: 003.518-3	3.423	3.423
Proj. Lavanderias Coletivas	CEF: 003.538-8	2.749	2.749
Proj. Cultivos	CEF: 5783150742	1.014	1.014
Proj. Nead UAB & UFERSA II	CEF: 003.539-6	977	977
Proj. Soluções Tecnológicas	CEF: 577564665-3	759	759
Proj. Luta pela Sustentabilidade	CEF: 003.554-0	689	689
Proj. Instituto Sabiá	CEF: 003.459-4	677	677
Proj. Ct Petro Hidro	CEF: 577564672-6	624	624
Proj. Arlab	CEF: 3795139785	557	557
Proj. Manejo florestal	CEF: 577041158-5	507	507
Proj. Ginecologia	CEF: 5770415343	468	468
Proj. Diretores escolares	CEF: 5769741780	409	409
Proj. Rio Apodi	CEF: 3795148229	352	352
Proj. ODSS III	CEF: 3795148199	338	338
Proj. Escola do Camarão	CEF: 003.553-1	331	331
Proj. Regulariza	CEF: 003.496-9	287	287
Proj. Mais genética	CEF: 003.564-7	267	267
Proj. NAC II	CEF: 5769728252	257	257
Proj. Nead UAB & UFERSA	CEF: 003.507-8	245	245
Proj. Produção de mudas	CEF: 003.497-7	233	233
Proj. PROMAR	CEF: 5770415815	98	0
Proj. HOVET	CEF: 577085637-4	93	130
Proj. Raízes do Semiárido	CEF: 5770410970	93	0
Proj. Módulos aquícolas	CEF: 003.480-2	78	101
Proj. CT Petro hidro mandacaru	CEF: 577085631-5	76	119
Proj. Caraubaja	CEF: 003.527-2	69	69
Proj. Proec Eventos	CEF: 37958146390	67	0
Proj. PARFOR	CEF: 5783150750	59	0
Proj. Biochar	CEF: 5794287841	58	0
Proj. Pegazuls	CEF: 003.465-9	53	43
Proj. Sementes Crioulas II	CEF: 5775646785	50	0
Proj. ODSS II	CEF: 3795146404	47	0
Proj. Manejo de nematoides	CEF: 577085638-2	43	30
Proj. InfoVia	CEF: 3795148210	40	0

Proj. Educação Básica	CEF: 5783150823	40	0
Proj. PICEI	CEF: 37958145270	32	0
Proj. Ensinando Português	CEF: 3795146455	27	0
Proj. Escola da Terra II	CEF: 577564671-8	25	300
Proj. Reurbs	CEF: 5770856064	18	183
Proj. Proaaqua	CEF: 003.557-4	17	23
Proj. 5ª T. Esp. Cont. e Pla. Tributário	CEF: 5794283110	15	0
Proj. Mais Caatinga	CEF: 3795148180	14	0
Proj. Revista acta	CEF: 003.548-5	13	14
Proj. Formula SAE	CEF: 3795133701	13	0
Proj. SIM Legal	CEF: 5783150815	11	0
Proj. Cactus baja	CEF: 003.460-8	9	10
Outros Projetos		22	1.512
Total Projetos		26.717	20.108

9. Recursos de Projetos Encerrados

Nesta conta estão disponíveis os recursos de projetos já encerrados, mas que estão aguardando a destinação do saldo remanescente não utilizado.

		Saldos em R\$ mil	
Projeto	Conta	Saldo em 31/12/2025	Saldo em 31/12/2024
Recursos de Entidade Pública Nacional			
Proj. Sementes Crioulas	CEF: 577564663-7	0	2
Proj. NEUDS Tabuleiro Grande	CEF: 577085608-0	1	1
Proj. CELIS I	CEF: 577086509-9	0	4
Proj. CELIS II	CEF: 003.426-8	0	98
Proj. Esp. em Contabilidade	CEF: 577564662-9	1	1
Proj. Esp. em Direito Tributário	CEF: 577085611-0	2	2
Proj. Implementação	CEF: 577085616-1	0	3
Proj. CPT Porto do Mangue	CEF: 577085627-7	0	1
Proj. Esp. Eng. de Manutenção	BB: 361.97018-2	2	2
Proj. Esp. Vigilância Sanitária	BB: 361.96768-8	3	3
Proj. Esp. em Geoprocessamento	BB: 361.100879-X	5	5
Proj. Acrevi	BB: 361.107332-X	1	1
Proj. Esp. em Direito	BB: 361.96823-4	24	22
Proj. Reuso da Água	CEF: 003.540-0	0	3
Proj. LPS Med	CEF: 5783150785	2	0
Proj. Geocidades	CEF: 5770856269	2	0
Proj. Estimulo a Pesquisa	CEF: 5734701650	22	0

Recursos de Entidade Privada Nacional

Fundação Guimarães Duque
Notas explicativas às demonstrações financeiras
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024 (em milhares de reais)

Proj. Sistemas Autônomos	CEF: 577564667-0	0	3
Total Projetos		69	153

10. Patrimônio Líquido / (Passivo a descoberto)

Importância referente à soma do patrimônio social, correspondente ao patrimônio inicial da fundação, e dos resultados dos exercícios sociais, entendendo-se como resultado os superávits/déficits acumulados que são absorvidos pelo patrimônio social da entidade. Para o ano de 2025, a instituição apresentou um superávit de R\$ 222 mil. Abaixo segue o detalhamento do resultado dos exercícios de anos anteriores.

Ano	Superávits/Déficits dos exercícios
2025	R\$ 222 mil
2024	R\$ 344 mil

10.1. Ajuste de Exercícios Anteriores

Para o exercício de 2025, foram efetuados ajustes decorrentes de exercícios anteriores no total de R\$ 5 mil em conformidade com NBC TG 23 (R2) - Políticas contábeis, mudança de estimativa e retificação de erro. Esses ajustes são inerentes a receitas já reconhecidas no período anterior.

Ajuste	Efeito no Patrimônio Líquido
Ajuste no Adiantamento de Projetos	R\$ 5 mil
Efeito Líquido no Patrimônio Líquido	R\$ 5 mil

11. Receitas Operacionais

As receitas são reconhecidas, observado o regime contábil da competência e estão segregadas em receitas com restrição, provenientes dos contratos celebrados com a instituição e receitas sem restrição, oriundas de serviços prestados a particulares, conforme apresentadas a seguir:

11.1. Receitas Ligadas a Projetos

Constitui os valores referentes às receitas provenientes da gestão de contratos, apropriadas com base na execução financeira do projeto.

Receita com Restrição	Saldos em R\$ mil	
	31/12/2025	31/12/2024
Gestão de Projetos	1.007	995
TOTAL	1.007	995

Descrição	31/12/2025	31/12/2024
Receita com Projetos Vinculados [a]	11.843	11.802
TOTAL	11.843	11.802

[a] Receita com projetos vinculados - Receitas decorrentes da execução dos projetos em conformidade com planos de trabalho previamente definidos em instrumentos jurídicos. A restrição imposta pelos planos de trabalho impõem o reconhecimento dessa receita concomitantemente com as respectivas despesas, gerando efeito nulo dessa operação no resultado do exercício.

12. Custos Operacionais

Os custos da FGD são provenientes de suas atividades. Desta forma, foram apropriados aos custos todos os gastos com mão de obra direta correlacionada a gestão de projetos. O reconhecimento contábil dos custos foi com base no regime de competência.

12.1 Custos com Projetos Vinculados (Com restrições)

Constitui os valores referentes às receitas provenientes da gestão de contratos, apropriadas com base na execução financeira do projeto.

Custos Operacionais	Saldos em R\$ mil	
	31/12/2025	31/12/2024
Salários e Ordenados	263	184
Encargos Sociais	98	69
Serviços de Terceiros	-	-
Total Custos Operacionais	361	255
Descrição	31/12/2025	31/12/2024
Custo de Operação com Projetos Vinculados [a]	11.843	11.802
Total dos Custos com Projetos Vinculados	11.843	11.802

[a] Custo de operação com projetos vinculados - custos decorrentes da execução dos projetos em conformidade com planos de trabalho previamente definidos em instrumentos jurídicos. A restrição imposta pelos planos de trabalho impõem o reconhecimento dessas despesas concomitantemente com as respectivas receitas, gerando efeito nulo dessa operação no resultado do exercício.

13. Salários e Ordenados

As despesas com salários e ordenados do setor administrativo, apropriadas até 31/12/2025 estão distribuídas da seguinte forma:

Salários e Encargos	Saldos em R\$ mil	
	31/12/2025	31/12/2024
Ordenados e Salários	97	138
Indenizações e Aviso Prévio	-	-
Férias e 13º	20	30
Encargos Sociais	72	70
Pró-Labore	133	60
TOTAL	322	298

14. Despesas Administrativas

As despesas administrativas do exercício social findo em 31/12/2025 no montante de R\$ 195 mil (em 2024, R\$ 113 mil) estão distribuídas da seguinte forma:

Despesas Administrativas	Saldos em R\$ mil	
	31/12/2025	31/12/2024
Manutenção de Infraestrutura	7	2
Serviços de Comunicação	6	14
Apoio Administrativo	169	89

Fundação Guimarães Duque
Notas explicativas às demonstrações financeiras
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024 (em milhares de reais)

Depreciação	12	8
TOTAL	194	113

15. Instrumentos Financeiros

No exercício findo em 31 de dezembro de 2025, a Fundação Guimarães Duque não participou ou manteve operações envolvendo quaisquer tipos de instrumentos financeiros específicos ou derivativos.

16. Contingências

De acordo com a Administração da FGD, não há provisões e contingências apresentadas nas demonstrações financeiras findas em 31 de dezembro de 2025, com base na posição dos assessores jurídicos da Entidade, pois no decorrer do exercício de 2025 a fundação não figurou como polo passivo em processos contingentes fiscais, trabalhistas, cíveis, ambientais e criminais.

17. Tributos e Condição de Isenção de Tributos

A Fundação Guimarães Duque (FGD) é uma Entidade sem fins lucrativos, e tem suas atividades voltadas para incentivar e apoiar a pesquisa científica, atuando também nos campos do ensino, extensão acadêmica e cultura, motivo pelo qual não está sujeita à tributação do IRPJ e da CSLL, sobre o resultado de suas operações, em relação a tais atividades. Assim como, não está sujeita à tributação do PIS e COFINS sobre seu faturamento.

Contudo, em atendimento ao disposto na ITG 2002 (R1) - Entidade Sem Finalidade de Lucros, apresentamos os valores das imunidades tributárias usufruídas no exercício de 2025. Para a metodologia de cálculo destes valores, a FGD tem como base a forma de tributação do lucro presumido para fins de IRPJ e CSLL, e o regime da cumulatividade para o PIS e COFINS. Os valores dos tributos sobre a receita do período R\$ 1.007 mil estão demonstrados a seguir:

Isenção tributária	Saldos em R\$ mil	
	2025	2024
ISS (5%)	50	50
PIS (0,65%)	6	6
COFINS (3%)	30	30
CSLL (9%) *	29	29
IRPJ (15%) **	80	79
Total	195	194

* Presunção de 32% sobre a Receita. Alíquota da CSLL de 9% sobre a presunção.

** Presunção de 32% sobre a Receita. Alíquota do IRPJ de 15% sobre a presunção. Valor acrescido de 10% de alíquota, conforme Regulamento do Imposto de Renda.

18. Eventos Subsequentes

Até a data da autorização para a emissão dessas demonstrações contábeis, não há evidência de ocorrência de eventos subsequentes relevantes, relacionados com a FGD, e que venham a ter efeito sobre essas demonstrações financeiras.